



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

## Discurso

### (Plano e Orçamento - 2013)

1

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Os Açores estão a passar, assim como o resto do país, por uma crise económica e social de uma dimensão sem precedentes no contexto do sistema democrático e autonómico fundado em 1976. Trata-se de um grave retrocesso nas condições de vida das populações. Trata-se do regresso da miséria, da fome e da injustiça social a uma escala há muito esquecida.

Regressaram os nossos piores pesadelos. As crianças a quem é negado o pão da justiça, os idosos a quem se recusa a dignidade dos últimos dias e os jovens a quem se retira o prazer da utopia.

Estes são tempos de injustiça. Estes são tempos de revolta e de cólera. Estes são tempos sem presente e sem futuro. Mas este é também o tempo do regresso necessário da política. Da política do combate à injustiça. Da política de criação de riqueza justamente distribuída por todos. Da política que cria a igualdade de oportunidades.

Trata-se de política. Trata-se de democracia. Trata-se de determinação e de vontade de vencer. Trata-se de salvar o futuro e de preservar o progresso e a justiça social duramente conquistadas pelos nossos pais e avós.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

2

Refleti longamente a respeito da posição que deveria adotar no âmbito da discussão deste Plano e Orçamento. Compreendo quem apela à unidade nesta conjuntura tão difícil. Foi isso que fizeram as democracias na I Guerra Mundial e na década de trinta do século XX, quando tiveram de enfrentar conjunturas económicas, sociais e políticas tremendamente difíceis. Foi o tempo da união nacional sagrada e das grandes coligações parlamentares.

A História mostra que o descontentamento e indignação social foram, nessas circunstâncias, capitalizados por ideologias e movimentos de natureza antiparlamentar e antidemocrática. A aglutinação parlamentar ou o rotativismo governativo provocaram a emergência de fenómenos políticos extraparlamentares. É isso o que está a suceder novamente na Europa, através da ascensão de forças políticas anarquistas, como no caso da Itália, e do crescimento meteórico da extrema-direita e da extrema-esquerda, como sucedeu na Grécia.

Tudo isto me leva a concluir que é mais benéfico para a democracia o respeito pelos diferentes posicionamentos e programas votados pelos eleitores. Os partidos devem confluir em todas as matérias que os unem e manter a diversidade de soluções que os diferenciou perante os eleitores. Ainda assim, consideramos que o contexto da oposição política deve ser leal e de natureza construtiva.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

3

O PPM discorda deste Orçamento e deste Plano. Discorda, em primeiro lugar, porque ele tem um pecado original que não será esquecido pela História da Autonomia: este é o primeiro orçamento que é apreciado e votado neste Parlamento condicionado pela supervisão prévia de entidades do Estado central, em função do Memorando de Entendimento assinado entre o Governo Regional e o atual Governo da República. A democracia parlamentar assenta no princípio fundamental e inalienável da plena soberania do Parlamento sobre os orçamentos. Ora essa liberdade autonómica e parlamentar está, na nossa opinião, fortemente condicionada na atual situação.

Em segundo lugar, este orçamento é um dos mais fortemente dependentes da nossa História. As nossas receitas próprias representam apenas 40% do Orçamento Regional e apenas cobrem 80% das despesas de funcionamento. Tudo isto significa uma dependência absolutamente brutal face ao exterior. Nenhuma autonomia política do mundo sobreviveu, alguma vez, a uma tão grande dependência económica face ao exterior. Nunca, como neste Orçamento, a fragilidade e dependência da nossa Autonomia ficou tão esmagadoramente patente.

Em terceiro lugar, este Plano e Orçamento deixa muito visível a enorme dimensão do passivo orçamental que os anteriores governos regionais deixaram para a posteridade, devido à execução de empreendimentos megalómanos, não pagos. Estou a falar dos dezanove milhões da SCUT`S dos Açores e dos dez milhões e meio da parceria público-privada do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira. Nas próximas décadas, estes dois empreendimentos custarão à Região muito mais que o dinheiro orçamentado para as duas ilhas do Grupo Ocidental. Geograficamente continuaremos a ser 9



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

ilhas, mas do ponto de vista orçamental seremos, durante muitos anos, pelo menos 11.

Em quarto lugar, considero que a forma como está desenhado o Plano e o Orçamento significa, no essencial, a continuação das mesmas políticas e estratégias que falharam ao longo dos últimos anos. Nada garante a diversificação da produção agrícola. Nada garante o aumento do valor acrescentado dos nossos produtos. Não se vê nenhuma estratégia diferente para os transportes. Não se percebe como vamos obter melhores resultados no âmbito da promoção turística.

Em quinto lugar, considero que as verbas atribuídas à área social são muito diminutas, algo que deixa antever alguma incompreensão do Governo Regional em relação à verdadeira dimensão das dificuldades que afetam uma parte significativa da nossa população. Neste contexto permanecem alguns equívocos ideológicos que não podem deixar de ser referenciados. Que sentido faz, para um governo de esquerda, a existência de um programa de incentivos à iniciativa privada lucrativa na área social, pago com dinheiro público? Que sentido faz isto?

Finalmente, não posso deixar aqui de referir o quase total abandono a que a ilha do Corvo é votada neste Plano. A ilha sofre, neste Plano, um corte de 53% em relação às verbas consignadas em 2012. Nenhuma outra ilha sofreu uma redução percentual de tão grande dimensão. É caso para perguntar, o que fizemos para merecer uma tão grande discriminação e esquecimento?

Em síntese, tal como estão, o Plano e o Orçamento não reúnem as condições mínimas para evitar a reprovação por parte desta Representação Parlamentar. O PPM compromete-se, desde já, a apresentar um grande número de alterações a estes documentos, de forma a introduzir-lhes melhorias significativas.

Disse!